

O FIM DO ÚLTIMO GRANDE IMPÉRIO COLONIAL: LEMBRANÇAS DE UMA REPORTAGEM HISTÓRICA¹

Beatriz Bissio²

O passado 11 de novembro foi comemorado o 40º aniversário da independência de Angola! A data evoca lembranças daquele histórico e dramático momento em que a mais rica das colônias portuguesas na África conquistava – ainda que em meio a muitas incertezas – o almejado estatuto de Estado independente.

Neiva Moreira e eu acompanhamos essa data em Luanda. Estávamos em Angola a convite do MPLA, em representação de uma publicação proibida de circular no Brasil, «*Cuadernos del Tercer Mundo*», que só teria condições de transferir a sua sede para o Rio de Janeiro cinco anos mais tarde, em 1980.³

Ao longo do ano de 1975 tínhamos estado em Luanda em várias

1 Beatriz Bissio e Neiva Moreira, fundadores, editora e diretor, na altura, da revista "Cadernos do Terceiro Mundo", foram convidados pelo Presidente Agostinho Neto e pelo então primeiro-ministro, Lopo do Nascimento, a participar da proclamação da independência de Angola, em novembro de 1975. Eles já tinham feito reportagens sobre o período de transição e antes da independência, o Presidente Neto concedeu a ambos a primeira de várias entrevistas exclusivas, publicadas na revista "Cadernos do Terceiro Mundo", e reproduzidas em diferentes jornais latino-americanos. No momento dessa primeira entrevista, Neto encontrava-se em Luanda mas não tinha sido confirmada a sua presença em solo angolano, devido a medidas de segurança. Entrevistas exclusivas do presidente José Eduardo Dos Santos também foram publicadas por "Cadernos do Terceiro Mundo". A revista teve ampla circulação em Angola e nos países lusófonos nas primeiras décadas posteriores à independência.

2 Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: bbissio@gmail.com

3 Neiva Moreira viajava com um documento expedido pelo governo peruano – residíamos, na altura, no Peru. Exilado, banido pelo Ato Institucional 1 (AI-1), de 9 de abril de 1964 (junto com Leonel Brizola, Miguel Arraes e outros dirigentes políticos da etapa anterior ao golpe militar), na prática, para o governo militar que lhe cassara todos os direitos políticos, era um apátrida sem direito a ter documentos brasileiros.

oportunidades, alternando visitas a Moçambique, Somália, Tanzânia, e outros países africanos. Numa das visitas tínhamos sido recebidos pelo presidente Agostinho Neto, que nos concedeu uma entrevista exclusiva no Futungo de Belas - um complexo arquitetônico construído por portugueses abastados de Luanda no último período colonial, voltado para a baía do Mussulo. O MPLA utilizava-o, naquela altura, por questões de segurança, já que fica afastado do centro da capital. Aquela entrevista histórica, publicada pela nossa revista, na altura ainda circulando somente em espanhol, tinha tido grande repercussão e em uma das várias conversas mantidas com o Presidente Neto nesse período, ele colocara-nos o desafio, que na verdade recebemos como um convite que muito nos honrava, de lançar uma edição em português da nossa revista. As únicas publicações que circulavam em Angola com informações internacionais eram editadas em francês, *Afrique-Asie*, dirigida pelo grande amigo de Angola, Simon Malley, e «*Jeune Afrique*», de orientação editorial mais conservadora.

O Presidente Neto considerava que se fosse publicada em português, a nossa revista, feita majoritariamente por jornalistas latino-americanos comprometidos com os movimentos sociais do continente e muito próximos das lutas dos movimentos de libertação africanos e asiáticos, seria uma ferramenta importante na formação de quadros, um desafio que a Angola independente enfrentaria em breve. E, efetivamente, daí surgiu a «*Cadernos do Terceiro Mundo*», publicada inicialmente em Lisboa, especialmente para as recém proclamadas Repúblicas africanas lusófonas, e que só depois da anistia de 1979 no Brasil, teria uma sede no Rio de Janeiro.

Numa dessas viagens, chegamos a Luanda poucos dias antes da independência, convidados especialmente para as comemorações. Fomos alojados no Hotel Intercontinental, onde encontramos numerosos correspondentes estrangeiros, sobretudo europeus e norte-americanos. A maior parte deles era hostil ao MPLA e acredito que não poucos estavam lá acreditados como jornalistas, mas trabalhavam como agentes de algum serviço secreto ocidental.

Alguns deles, principalmente os franceses, costumavam ter “notícias confidenciais” que transmitiam com simulado sigilo, alegando um privilegiado acesso a fontes militares. Curiosamente, o que anunciavam eram sempre avanços das forças contrárias ao MPLA. “Romperam a linha do Kifangondo”, diziam, ou então, “É questão de horas a toma de Luanda”, “Já há batalha nos subúrbios”...

O fato era que Luanda permanecia sitiada, pelo norte e pelo sul. Derrotados na batalha de Luanda e expulsos da cidade, o FNLA e a UNITA tinham iniciado uma dupla ofensiva, rumo à capital. Na verdade, sob o nome de FNLA, forças regulares do exército do Zaire penetravam em

território angolano a partir da fronteira Norte. E, pelo Sul, avançava, através da Namíbia (na altura anexada, de facto, pela África do Sul), sob a bandeira da UNITA, o exército do regime de minoria branca sul-africano. Apesar do desafio de uma eventual intervenção militar internacional, o povo angolano continuava tocando a vida, embora vigilante e atento.

No entanto, inegavelmente o dia a dia da cidade estava profundamente afetado pelo quadro militar. Entre outras dificuldades, havia racionamento de comida. A luz sofria frequentes blecautes, a água escasseava e a situação militar ia se tornando crítica já que a frente de guerra estava muito próxima da capital, em Caxito e Kifangondo, onde está a represa que abastece de água a Luanda. (Hoje essa área está a sofrer uma grande transformação com a construção de uma estrada, por parte de uma grande empreiteira brasileira...)

Uma noite, fomos convidados a integrar um grupo que realizaria uma ronda pelos subúrbios da capital, em companhia de comandantes do MPLA. Um deles era o major Saily Mingas, assassinado barbaramente dois anos mais tarde, na tentativa de golpe de Estado de maio de 1977. Estávamos identificados como jornalistas estrangeiros, mas isso não nos assegurava nenhuma imunidade. Afortunadamente, a visita transcorreu em paz e desfrutamos da privilegiada companhia de um grupo de quadros de alto nível. Particularmente agradável foi a conversa com o brilhante comandante Mingas, com quem desenvolvemos uma bela amizade. Sem sofrer sobressaltos, retornamos ao hotel depois de ter constatado o elevado nível de tensão que se vivia nos bairros de Luanda, que aumentava na medida em que nos aproximávamos das periferias mais expostas. Essa visita à periferia constituiu um momento privilegiado, com o qual todo jornalista sonha, numa situação como aquela: um «tour» com guias experientes pelo cenário da luta, sem restrições para falar com a população. Uma experiência que não teria sido possível se eles não confiassem na nossa capacidade de utilizar de forma adequada a informação que eventualmente pudesse decorrer do levantamento feito.

O dia 10 de novembro foi inesquecível. Pela manhã, muito cedo ainda, a bandeira portuguesa foi hasteada pela última vez no mastro da imponente fortaleza que domina a baía de Luanda; observando-a, a população se dirigia a seus postos de trabalho. Pouco a pouco, a cidade portuguesa que havíamos deixado da última vez que lá estivéramos, um mês antes, havia-se transformado em uma urbe completamente africana, com o êxodo maciço da população branca e a afluência à zona asfaltada da população negra.

O complicado trânsito de Luanda fluía bem melhor do que antes, já que o número de automóveis em circulação tinha diminuído sensivelmente. Os que ficaram abandonados, agora geralmente sem pneus, remetiam à fuga

apressada do dono; podia também se tratar de um terceiro carro de algum endinheirado colonizador que, depois de ter enviado para o exterior outros dois, não tinha encontrado maneira de burlar a legislação para enviar um terceiro para Lisboa. Alguns Mercedes chegaram a ser trocados por maços de cigarros, já que o valor deles, para quem partia e não podia carregá-los, equivalia ao poder de troca de quem ficasse...

As antigas estátuas portuguesas foram arrancadas de seus lugares pelo povo e os austeros pedestais tinham sido pintados com as cores do MPLA, combinadas com criatividade. Surgira, assim, uma decoração nova, sem dúvida muito mais acorde com a sensibilidade e o estado de espírito da população angolana do que a fria fisionomia de um navegador do século XV ou de um colonizador.

Nesse dia tivemos ocasião de participar de um episódio que confirmou a presença de forças zairenses na guerra. A convite do Ministro de Comunicação, o poeta e escritor Manoel Rui Monteiro, e do comandante “Jujú”, porta-voz do exército angolano, fomos entrevistar o primeiro soldado do Zaire capturado perto de Luanda com o seu blindado “Panhard”. Coube-me, junto com Neiva Moreira, perguntar ao prisioneiro de guerra sobre a sua patente e o motivo de sua presença num tanque do Zaire, em território angolano. Um número considerável de autoridades angolanas acompanhava o depoimento.

O soldado respondeu prontamente, em francês, que era zairense, chamava-se Antoine, tinha 25 anos, e pertencia ao Esquadrão Blindado B do Exército do Zaire. Tinha chegado havia 15 dias, junto com a sua unidade, à cidade de Ambriz, um porto da província de Uige. Tripulava o blindado com dois mercenários brancos, cuja nacionalidade desconhecia, e avançara sem problemas, até o seu tanque ser atingido por uma bazuca das FAPLA. Os dois mercenários conseguiram fugir, mas ele, inconsciente depois da explosão, terminou capturado pelos soldados angolanos e levado para Luanda com o seu blindado francês. Um dado interessante é que, na seguinte visita a Luanda, meses depois da independência, encontramos esse pequeno tanque instalado no topo de um dos antigos pedestais portugueses, numa das avenidas centrais de Luanda; servia para que a população, que desfrutava de um breve interregno de paz, lembrasse do elevado preço da guerra.

Os nomes das ruas também tinham começado a mudar. Os heróis do império lusitano progressivamente foram substituídos pelos comandantes do MPLA mortos durante os anos de luta pela libertação. Assim como no aeroporto da «ponte aérea» só ficou a recordação de algumas canalizações arrebentadas, na cidade as vitrinas vazias das lojas, antes cheias de artigos portugueses e importados, falavam, com muita expressividade, do processo de remoção de um passado secular.

Alguns ambientes populares, buliçosos nesse dia da véspera da Independência, cheios de jovens e de mulheres de andar cadenciado, lembravam o povo do Brasil.

Novos cartazes enfeitavam as paredes, comemorativos da Independência. Concomitantemente, outros desapareceram. Nem uma referência a UNITA, nem uma só inscrição, das muitas que havia meses antes, da FNLA. O povo, em sua carinhosa e dedicada preparação da Capital para o dia da grande celebração, tinha apagado, meticulosamente, todo vestígio daquelas presenças, que provocaram tanta dor e fizeram derramar tanto sangue. De fato, da época em que em Luanda conviviam com o MPLA os que o povo sentia como descartados instrumentos dos interesses estrangeiros, só ficaram os prédios atingidos pela artilharia e o sacrifício de quinze mil vidas. Aliás, havia partes da cidade, como a Avenida Brasil, larga e com edifícios modernos, semidestruídas. Alguns desses prédios tinham sido ocupados pelas forças da UNITA e da FNLA e transformados em cenário de duras batalhas.

Entre os combatentes havia muitos garotos (“miúdos”, como os chamavam os angolanos, ou *pioneiros*, engajados no MPLA). Eles prestaram serviço à causa da independência, pois coube-lhes a missão de garantir as comunicações entre os guerrilheiros do MPLA - a maioria, camponeses, que chegavam a Luanda pela primeira vez - e conduzi-los pelas vielas dos *musseques*, que não conheciam. A epopeia desses garotos-guerrilheiros está retratada num dos livros de Manoel Rui⁴:

“A imaginação imprevisível da infância abriu, na Guerra de Luanda, uma frente paralela, insubmissa e dispersa, uma guerrilha dos pioneiros regida por leis que escapam à compreensão imediata dos adultos, autônoma e inesperada como um jogo, mobilizando as crianças num combate-brinquedo impiedoso e mortífero contra o invasor das suas ruas, contra o estrangeiro que se atrevera a calcar o sonho de liberdade, novinho em folha, com as suas botas de couro e laço. Ao ritmo sincopado das rajadas, os olhos acompanham a figura singular dos meninos de lenda, adultos de palmo-e-meio, heróis sem nome de uma guerra-brinquedo-a-sério. (...)”

Meses depois do fim da batalha de Luanda eles continuavam brincando com seus revólveres de ferro velho e suas metralhadoras de madeira, à espera do inimigo.

Não fora essas marcas deixadas nos grandes edifícios dos violentos duelos de artilharia travados dentro da cidade, alguém que desconhecesse os antecedentes poderia pensar que Luanda sempre fora baluarte inexpugnável do MPLA.

4 Monteiro, Manuel Rui. 1977. *Sim Camarada!*. Lisboa: Edições 70.

De certa forma, isso era verdade. Era muito expressivo o apoio popular a esse movimento político e muito especial o sentimento em relação ao Presidente Neto. Percorremos vários *musseques*, outras zonas distantes, ministérios, locais públicos. Todos, literalmente, estavam cobertos de cartazes do movimento. Em todos esses locais éramos tratados como «camaradas» e a saudação obedecia à tradição do movimento: um tríplice aperto de mão, que representava a palavra de ordem «Unidade-Trabalho-Vigilância».

Havia, também, alguns cartazes em francês. «Eles foram escritos para que os visitantes os compreendessem», comentava uma das militantes designadas para atender as delegações estrangeiras. Lia-se, por exemplo, em muitas paredes: «*A bas le neocolonialisme*», «*A bas le FNLA et l'UNITA*».

Pouco antes da independência visitara Luanda a representação da Organização de Unidade Africana (chamada de União Africana desde 2002) e brigadas de voluntários dos *musseques* em poucos dias ajudaram a mudar o aspecto da cidade, abandonada e suja durante a época do massivo êxodo português.

Quando começou uma inesperada chuva muitos comentaram que se tratava de um presságio de felicidade. «Também em Moçambique choveu no dia da independência. O povo diz que é a mensagem de nossos mortos», nos disse um dos soldados com os quais falamos. Para outros, a chuva simbolizava as lágrimas dos colonialistas que não se resignavam à perda irreparável de uma Angola tão rica. Presságio ou não, essa chuva foi uma espécie de batismo da jovem Nação, cujo nascimento estava pondo fim ao colonialismo português em África.

No aeroporto era visível a diferença com a situação que havíamos deixado em Luanda. Os milhares de portugueses que lá acamparam durante semanas a fio, na longa espera pela ponte aérea que os levaria para Lisboa tinha dado lugar a um aeroporto limpo, organizado e coberto de cartazes, entre eles um, enorme, de Agostinho Neto, e estava enfeitado de bandeiras do MPLA. Na sala «VIP», repleta de delegações estrangeiras, membros do Comitê Central do Partido recebiam os convidados e mostravam o controle do aeroporto - até então, sob a direção portuguesa - por parte das forças populares. Fora do aeroporto, a mesma sensação de mudanças, acentuada pela presença da recém criada Polícia Militar angolana, com elegantes uniformes caqui e azul.

As delegações estrangeiras haviam começado a chegar três ou quatro dias antes, augurando um importante reconhecimento internacional ao governo do MPLA. Continuavam a chegar jornalistas de todas as partes do mundo, entre eles alguns amigos do MPLA desde os primeiros tempos.

Um grupo deles já se havia organizado para dar a sua contribuição à luta do povo angolano, instalando uma campanha para doar sangue aos feridos de guerra.

No Ministério da Informação os correspondentes recém-chegados recebiam as suas credenciais na medida em que a capacidade de trabalho de um eficiente grupo de funcionários permitia. Álbuns de fotografias do desenvolvimento da luta nos últimos meses passavam de mão em mão. Vários colegas elogiavam o fato de que a imprensa tinha ampla liberdade de ação, mesmo aqueles que, em lugar de mandarem crônicas com fatos concretos, preferiam lançar ao mundo ecos de boatos de todo o tipo que continuavam a proliferar.

Uma solenidade de casamento coletiva, de oitenta casais, foi uma das notícias mais divulgadas nos dias anteriores ao 11 de Novembro. A imprensa e os meios de comunicação dedicavam extensas análises às semanas decisivas de fins de outubro e começos de novembro de 1975, já que estava sendo escrita uma página decisiva da história do MPLA e de Angola. E os porta-vozes do MPLA se empenhavam em divulgar campanhas tendentes a formar uma nova ética revolucionária, exortando o povo a mudar as atitudes individualistas que cada um leva dentro de si.

Os combates continuavam na frente Norte, a 30 km da cidade; o povo seguia atento o desenrolar da luta, mas não se furtava a preparar a festa. «Há apenas 14 anos só os sonhadores tinham a convicção de que seríamos dirigidos por um Presidente angolano e estamos em vésperas de que isso se torne uma realidade. Porquê deveríamos estar pessimistas hoje? A luta continua; a vitória é certa», comentava uma militante dos velhos tempos, citando o lema do MPLA. Era um fato palpável que o povo sentia confiança na vitória e que, diante disso, qualquer sacrifício era válido.

Nem uma só queixa ouvimos quando chegava ao fim o quarto dia de falta de água na cidade. «Estão chegando algumas gotas», era sempre a resposta quando perguntávamos sobre o problema. Na verdade, se trava de uma medida preventiva às vésperas do 11 de novembro, porque a artilharia inimiga tinha por alvo principal a represa de Kifangondo.

O povo demonstrava estar muito acima dessas vicissitudes. Nenhuma menção, tampouco, para a escassez de alimentos. O pessoal do hotel esforçava-se para manter a rotina. Na hora das refeições, garçons fardados e de luvas brancas entregavam solenemente os cardápios impressos, herança do passado recente, e anotavam os pedidos: «Hoje, camarada, temos peixe seco com arroz», diziam, invariavelmente. Era só o que havia. Mas a cidade se compenetrara do clima bélico e as restrições da guerra eram aceites com aparente normalidade.

A guerra na TV e a frente à volta da esquina

Na tarde do dia 10 os empregados do hotel, em determinado momento, desapareceram. Naquele ambiente de tensão, tudo era visto com temor. Teria sido ocupada a cidade? Não. Estavam todos no salão principal, assistindo à primeira transmissão da TV angolana, recém-inaugurada. Um esforçado grupo de jovens, organizado por Luandino Vieira, escritor militante da primeira hora, hoje reconhecido internacionalmente e com obra traduzida em numerosas línguas, conseguira colocar no ar, nas vésperas da Independência, um programa especial, feito durante uma reunião realizada na véspera em Maputo, Moçambique. Lá, representantes de São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Cabo Verde, tendo como anfitrião o presidente Samora Machel, receberam com honras excepcionais ao líder do MPLA, Agostinho Neto, e expressaram o apoio incondicional dos novos Estados africanos de língua portuguesa ao irmão ainda em guerra. E, em especial, proclamaram o reconhecimento do MPLA como único governo legítimo de Angola.

A programação inaugural da televisão angolana continuava com filmes feitos na própria frente de combate, que provocaram uma grande emoção no povo que assistia às imagens através de 400 aparelhos distribuídos por todos os bairros e *musseques*, nas sedes de organizações desportivas e núcleos de organizações de base. Os tiros de artilharia mostravam que não se estava brincando de guerra, mas travando uma luta sangrenta e perigosa. Uma artilharia, aliás, que à noite ouvia-se nitidamente desde qualquer canto de Luanda; durante o dia, os ruídos da cidade a abafavam, mesmo que os tiros fossem disparados de tão perto.

Naquele 10 de Novembro, a conferência de imprensa do Comodoro Leonel Cardoso foi o único ato «frio». Era a última cerimônia oficial, do lado português, já que havia a decisão do governo da ex-metrópole de não estar presente à proclamação da independência, essa noite, por parte de Agostinho Neto.

Para os que, como nós, haviam tido o privilégio de estarmos presentes na Independência de Moçambique e, assim, admirar um facto histórico único, com aquelas boas-vindas e honras militares aos representantes de Portugal - uma enorme comitiva, encabeçada pelo General Vasco Gonçalves - essa proclamação unilateral de Portugal, o seu afastamento de Angola sem participar nas comemorações da meia-noite, a partida sem grandeza e sem glória, deixaram a todos frustrados. Ao povo angolano, também.

Em contrapartida, foi emocionante o momento em que os últimos soldados portugueses se despediram de Angola. Primeiro deram um

longo passeio pelas ruas de Luanda, com os braços erguidos, num adeus definitivo e emocionado à última colônia de Portugal na África. Logo após, já na ilha de Luanda, posando para as objectivas dos fotógrafos de várias nacionalidades, receberam aos militares que os iriam substituí-los a partir daquele momento: os membros das Forças Populares de Libertação de Angola. Tinham a exata noção de que o seu embarque, (o do último contingente português em terras africanas) marcava simbolicamente o fim de cinco séculos de colonialismo: ou melhor, para sermos exatos, fechava-se a etapa histórica aberta em 1483, quando as primeiras embarcações portuguesas chegaram à foz do rio Congo.

- Então, agora vão engrossar as fileiras da contrarrevolução em Lisboa?, perguntou de forma provocativa um jornalista latino-americano a um dos comandantes do grupo de soldados portugueses. “Contrarrevolução? Engana-se. Da minha parte vou-me apresentar para lutar ao lado dos revolucionários”, respondeu o soldado.

“Enquanto estivemos aqui, fizemos o possível para ajudar no processo de descolonização”, comentou outro, que se despedia demoradamente de um amor angolano que não podia levar consigo. Ele não ocultou o seu desgosto com outros colegas: eles sim, disse-nos, estavam integrando-se às fileiras de mercenários ou já tinham vínculos com sectores da direita de Portugal. E, frustrados por uma realidade irreversível, vingaram-se da sorte destruindo instalações de edifícios públicos de Luanda, sabotando o próprio Hospital Militar e destruindo equipamentos que seriam vitais para a população angolana e para as dezenas de feridos que diariamente chegavam das frentes de batalha.

Ao cair da tarde do último dia de colonialismo, o povo dirigiu-se organizadamente para o Largo 1º de Maio, onde se realizariam as solenidades. Os tão alardeados bombardeios da cidade não se concretizaram. Nos bairros periféricos, que não dispunham de meios de transporte para alcançar o local das solenidades, foram colocados alto-falantes e estrados com mastros de bandeiras para que a proclamação de independência fosse reproduzida em cada um desses locais. O mesmo acontecia nas zonas rurais mais afastadas. Desde cedo, as crianças tratavam de colocar cartazes e faixas coloridas nas casas, ajudadas por suas mães e irmãs, que pintavam letrados e frases revolucionárias. Um dos mais difundidos era sobremaneira significativo: «Devemos fazer a guerra para terminar com a guerra».

Curiosamente, em muitas dessas proclamações populares a meia-noite não foi esperada, mas, mesmo assim, as cerimônias foram até mais formais do que a própria cerimônia central: o povo procurou uma bandeira portuguesa para realizar retirá-la do mastro e içar a nova bandeira, do mais novo país independente.

No Largo 1º de Maio, os lugares começavam a escassear. Os *pioneiros*, que há tanto tempo se haviam preparado para esta ocasião, desfilavam mais firmes do que nunca, orgulhosos de suas armas de fabricação caseira, sempre com os uniformes velhos e rotos sobrando dos seus braços delgados e arrastando com dificuldade e graça às grandes botinas militares que haviam herdado dos mais velhos.

As mulheres, organizadas na OMA - Organização das Mulheres Angolanas – entoavam hinos revolucionários e canções de outras nações de língua portuguesa. Poucos minutos depois da meia-noite os primeiros combatentes, armados de *catanas* - símbolo da primeira etapa da luta - acenderam a «Chama Eterna», enquanto Agostinho Neto chegava ao palanque oficial, em meio de grandes aclamações do público, que se espalhava pelo imenso largo.

Milhares de tiros lançados ao ar pelas FAPLA, com balas traçantes que se cruzavam nos céus, gritos de júbilo, abraços, canções e lágrimas estremeceram o coração de todos os que ali se comprimiam. Seria o ataque tantas vezes anunciado? Um avião especial com os delegados das forças progressistas de Portugal que nesses momentos chegava a Luanda nem sequer aterrissou. O comandante soube dos tiros e como a torre do aeroporto não tinha explicações a dar sobre o que estava ocorrendo, ele decidiu voltar a Lisboa, reabastecendo-se em Brazzaville.

Como e por que surgiu a cortina de fogo antiaéreo no ficou claro naqueles momentos; o que se viu no Largo 1º de Maio é que ela foi acompanhada por milhares de guerrilheiros que consideraram aquelas rajadas parte da festiva comemoração, que deveria ser imitada.

Agostinho Neto, imperturbável, continuou lendo o seu discurso, emocionado. Nele delineava as principais diretivas políticas que o Movimento Popular de Libertação de Angola adotava como plano de governo. Depois, cantou com o povo o novo hino nacional, que apenas poucas horas antes fora dado a conhecer. Pediu, ainda, um minuto de silêncio em memória dos mortos pela liberdade e pela independência, e esse gesto foi o mais sentido tributo a todos os companheiros ausentes, aqueles que não viveram para assistir esses dramáticos e emocionantes momentos. Muitas das viúvas e das mães dos mártires choravam e eram amparadas por pessoas amigas.

A República Popular de Angola nascia marcada pelo júbilo do povo, pela unidade de combate aos inimigos e pelo sacrifício comum e colectivo que a todos engrandecia sobremaneira.

Subiu ao mastro central a bandeira negra e vermelha: negra como o continente africano; vermelha como o sangue dos que haviam tombado.

Neiva Moreira e eu estávamos em frente ao palanque oficial.

A multidão era imensa. Lá estavam os principais dirigentes do MPLA, delegações africanas e duas presenças que tinham significação especial, por motivos diferentes, a do representante do Brasil, embaixador Ovídio Meio, e a do representante do Vietnã. Ambos estavam muito próximos do presidente Agostinho Neto.

De forma improvisada, o Presidente convocou o povo a reunir-se do Largo do Palácio do Governo logo após o encerramento das solenidades, já de madrugada. Pela noite adentro, o povo deu vazão à sua alegria com danças, canções e passeatas cheias de entusiasmo, até o nascer do primeiro dia de plena vitória contra o colonialismo. As tensões vividas, o cansaço acumulado, as responsabilidades diariamente assumidas, pareciam desaparecer nos semblantes do reduzido grupo de dirigentes do Movimento que teve a direção da luta e da instalação do novo Estado. Muitos dos ideais que os haviam levado a empunhar as armas convertiam-se em realidade, embora soubessem que era difícil e longo o caminho que os separava da vitória definitiva.

As celebrações tiveram um ponto culminante às 11 horas do dia 11 de novembro de 1975, quando em nome do Bureau Político do MPLA, Lúcio Lara investiu Agostinho Neto como primeiro Presidente constitucional da República Popular de Angola e foi anunciado que mais de vinte nações tinham já reconhecido o novo Estado e seu governo. No ato público em que foi lida a relação dos governos que reconheciam o novo Estado independente foi anunciado o reconhecimento do Brasil.

Na véspera, às 8 horas da noite, ou seja, dada a diferença de fusos horários, às zero horas em Luanda, o porta-voz do Itamaraty havia divulgado uma declaração em Brasília, pela qual o regime militar reconhecia o novo Estado e o MPLA como seu legítimo governo.

O que quase ninguém sabia é que o reconhecimento por parte do Brasil quase não se concretizara, e que só o empenho pessoal do embaixador Ovídio Melo – recentemente falecido - e, ao que tudo indica, a forte personalidade do general Geisel, que decidiu “comprar a briga” com os adversários dessa política africana, asseguraram a proclamação feita pela chancelaria brasileira.

“Diante das atitudes dúbias das últimas semanas anteriores à independência, coloquei claramente para o Itamaraty que não seria cabível errar. Ou reconhecíamos o governo do MPLA na primeira hora ou me davam instruções para retirar-me imediatamente de Angola, com a Representação Especial e todos os funcionários brasileiros”, relatava o embaixador Ovídio Melo. “Finalmente, dois dias antes das festas programadas, recebi a decisão do Itamaraty para ser comunicada ao governo local: o Brasil reconheceria o

Governo de Luanda por declaração a ser dada à imprensa em Brasília às oito horas do dia 10 de novembro (meia-noite em Angola), exatamente quando o MPLA estaria assumindo o poder.”

Na mesma data, segundo informara o Itamaraty, seria assinado o decreto que criava a Embaixada do Brasil em Luanda. “Transmiti o recado ao Primeiro-ministro do MPLA, Lopo do Nascimento e a notícia causou grande impacto e alegria no MPLA”, lembrava o diplomata, que ficou em Angola até janeiro de 1976.

Na tarde do dia 11 de novembro de 1975, no desfile popular pela Avenida do Catete, novas emoções: as FAPLA saudaram o Presidente Neto num desfile nada tradicional; as forças que ali marchavam estavam mobilizadas e tinham participado dos combates poucas horas antes, na frente de batalha de Kifangondo, para a qual voltariam assim que o desfile acabasse. Esse fato deu à Independência de Angola uma densidade histórica percebida facilmente.

Essa densidade histórica foi acrescida ainda de um fato especial: o desembarco de forças cubanas nas primeiras horas posteriores à independência, para ajudar as tropas do MPLA a conter a dupla invasão, zairense e sul-africana. Tudo foi feito em sigilo e só aos poucos foram aparecendo especulações na mídia internacional sobre reforços militares que estariam permitindo ao MPLA conter a dupla ofensiva inimiga.

Antes de retornarmos a Luanda para as festividades da independência, Neiva Moreira e eu tínhamos passado muito rapidamente por Portugal, onde entrevistamos o general Otelo Saraiva de Carvalho e seu chefe de gabinete no Comando Operacional do Continente (Copcon), coronel Artur Batista – que mais tarde passou a integrar a direção da nossa revista em Portugal e faleceu recentemente. Otelo Saraiva de Carvalho e Artur tinham passado muito tempo na África e tinham sido protagonistas do 25 de Abril, em Portugal, agindo abertamente em favor da descolonização. Eles achavam que o MPLA tinha condições de resistir a invasão estrangeira por algum tempo, mas que se ela se prolongasse, seria necessária uma substancial ajuda estrangeira. Em função dessa avaliação, tanto o general Otelo Saraiva de Carvalho quanto Arthur Batista levantavam uma hipótese que, naquele momento, parecia fora da realidade: a possibilidade do MPLA vir a receber ajuda estrangeira. Perguntados de onde viria essa possível ajuda, Otelo respondeu: “Dos Estados africanos progressistas em primeiro lugar, mas também poderá vir de países não-africanos, Cuba, por exemplo.”

Curioso, pois um cenário como esse estaria cheio de complexas implicações geopolíticas, Neiva perguntou se essa era uma simples hipótese ou se estava alicerçada em alguma informação concreta. Com

muita franqueza, porém afirmando ser essa uma conjectura sua, de caráter rigorosamente pessoal, Otelo respondeu que estava seguro de que isso ocorreria tão logo fosse proclamada a independência e o governo do MPLA pudesse tomar suas próprias decisões.

Meses depois, numa nova conversa com Otelo Saraiva de Carvalho Neiva insistiu naquela pergunta, e a resposta foi a mesma: “Minha especulação foi fruto de uma análise meticulosa da situação, somente”, respondeu o líder militar da Revolução dos Cravos.

Quarenta anos depois, ainda me emociono profundamente ao reviver aqueles momentos. Eles marcaram a história do povo angolano e também a minha própria vida. Viva Angola independente! Viva o povo angolano!

REFERÊNCIAS

Monteiro, Manuel Rui. 1977. *Sim Camarada!*. Lisboa: Edições 70.

RESUMO

Em 2015 completaram-se 40 anos do fim do último grande império colonial, que fora iniciado no século XV quando os navegantes portugueses dominavam os mares. Um império derrotado no século XX em território angolano, num dos últimos e mais dolorosos episódios do processo de emancipação do continente africano. A América Latina esteve presente nesse processo através de dois protagonistas com papéis diferentes, porém igualmente determinantes: um no plano diplomático e o outro no terreno militar, Brasil e Cuba. A data suscita uma reflexão sobre o custo em vidas humanas e em sacrifícios que alicerçou o caminho para a Angola do século XXI. Esta matéria reflete as lembranças de uma cobertura jornalística desse momento histórico.

PALAVRAS-CHAVE

Angola; MPLA; Cadernos do Terceiro Mundo.

Recebido em 23 de dezembro de 2015.

Aprovado em 29 de abril de 2016.